



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3319

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações

Autoria: Executivo Municipal

Data: 05/09/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 72/1991. Autoriza o Poder Executivo repassar recursos financeiros, no valor de Cr\$ 150.000,00, à Sociedade de Amigos de São Pedro da Garça. (Referente à Lei nº 1.969, de 11/09/1991).

Controle Interno – Caixa: 21

Posição: 29

Número de folhas: 15

Espécie: PL
Categoria: Repasse de recursos
Cl: 21
Ordem: 29
Nº fls: 13

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

72/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza o repasse de recursos no valor de

Cr\$ 150.000,00 à Sociedade de Amigos de

São Pedro da Garça.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 05.09.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 05.09.91
- 3
- 4 Aprovado em reunião - 10.09.91
- 5 À Câmara - 10.09.91
- 6 Arquivado -
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____ DE 03 DE SETEMBRO DE 1.991.

AJ Comissão

Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para a Sociedade de Amigos de São Pedro da Garça.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros da ordem de Cr\$-150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) à Sociedade de Amigos de São Pedro da Garça, entidade civil legalmente constituída, inscrita no C.G.C. sob o nº 213.576.52/0001-58, com fins assistenciais e sociais e não lucrativos, com sede na localidade de São Pedro da Garça e foro na cidade de Montes Claros-MG, que tem por finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da Comunidade, para melhoria das condições de vida e bem estar na região.

Parág. Único - Os recursos previstos no "caput" deste artigo destinam-se à aquisição de uma área de terreno com 315,00m², para implantação de obras de saneamento básico, tal como abertura de fossas, para atender àquela Comunidade.

Art. 2º - A entidade beneficiária se compromete a aplicar os recursos recebidos, conforme definido no parágrafo único do artigo 1º e, ainda, a prestar contas à Secretaria da Fazenda Municipal. no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do efetivo recebimento dos recursos, sob pena de devolução da importância recebida, corrigida monetariamente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Montes Claros, 03 de setembro de 1.991.

Mário Ribeiro da Silveira
Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



$\bar{\epsilon}'$ legal e constitucional

Edwards, Avelino

Wm. L. Barker to

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
SANÇÃO
EM 10 DE setembro DE 1991
[Assinatura]
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M. G.

Em, 03 de setembro de 19 91

Of. N.º : CJ-123/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Encaminhamos a essa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que pretende repassar à Sociedade de Amigos ' de São Pedro das Garças a importância mencionada, a fim de que a entidade possa adquirir uma área de terreno para implantação de obras de saneamento básico que irão atender àquela comunidade.

A Sociedade de Amigos de São Pedro tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de cuidar da infraestrutura sanitária da localidade, sendo portanto legítima a sua pretensão e por isso estamos colaborando nesta iniciativa.

Esperamos a aprovação de V.Exa. e de seus dignos pares, ao tempo em que renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A



ESTATUTO DA SOCIEDADE DE AMIGOS DE SÃO PEDRO
DA GARÇA - SASPEG.

- CAPÍTULO I:

DA CONSTITUIÇÃO, FINALIDADE, ATIVIDADE, ÁREA
DE ATUAÇÃO:

Art. 1º - A Sociedade de Amigos de São Pedro da Garça, dora-vante denominada SASPEG, é sociedade civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, com sede na localidade de São Pedro da Garça e foro na cidade de Montes Claros-MG., que tem por finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da comunidade, pela melhoria das condições de vida e bem estar na região.

§ Único: Para atender sua finalidade a SASPEG deverá:

I - Congregar instituições e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da comunidade;

- II- Promover a busca de recursos materiais e humanos, na comunidade ou fora dela, para a execução de atividades de interesse comunitário;
- III- Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade;
- IV - Representar as necessidades e opiniões da comunidade junto a instituições e órgãos públicos ou privados, que, de uma maneira ou de outra, possam influir na vida comunitária;
- V= , Conclamar os moradores de São Pedro da Garça a se unirem em torno da agremiação, de modo a conferir-lhe qualidade representativa;
- VI- Responsabilizar-se pela infra-estrutura sanitária da localidade, zelando pelos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários, drenagem pluvial, limpeza urbana e controle de vetores;
- VII- Especificamente em relação ao sistema de abastecimento de água e ao de esgotos sanitários, caberá à Associação Comunitária a operação e manutenção dos mesmos após concessão da Prefeitura Municipal;
- VIII- Prestar outros serviços à comunidade sob a forma de ação comunitária, coordenando todos os Programas de desenvolvimento e assistência social à comunidade.

CAPÍTULO II:

DOS MEMBROS:

Art. 6º - São membros da SASPEG todas as pessoas interessadas no progresso da comunidade e aí domiciliadas, ou residentes por mais de seis meses que solicitarem sua inscrição como membros, sem limite de número.

§ Único- São membros "fundadores" os que participarem da 1ª reunião de eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e assinarem a ata de constituição da SASPEG

Art. 7º - A condição de membro da SASPEG dá direito a votar e a ser votado.

Art. 8º - São devedores dos membros da SASPEG:

- I - Participar das reuniões;
- II- Desempenhar com dedicação as atividades que lhe foram atribuídas;
- III- Manter um ambiente de atendimento franco e cordial entre os membros;
- IV- Zelar pelo bom nome da SASPEG.

CAPÍTULO III:

Dos órgãos Estatutários e sua competência:

Art. 9º - São responsáveis pelo funcionamento da SASPEG:

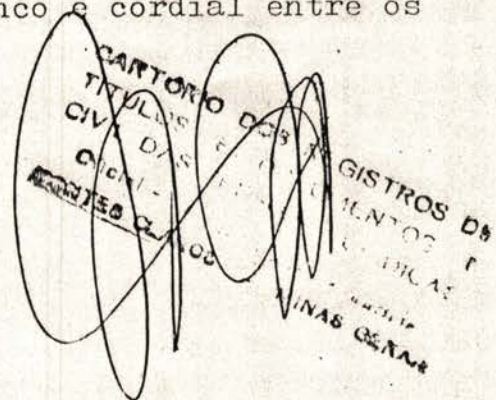
- I - Diretoria;
- II - Assembléia Geral;
- III- Conselho Fiscal.

Art. 10º - O Conselho Fiscal é formado por 3(três) pessoas, escolhidas em Assembléia Geral, dentre os membros da SASPEG, com mandato 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 11º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- II - Propor à Diretoria planos para o desenvolvimento da Comunidade;
- III - Acompanhar as atividades da Diretoria, visando prevenir ou corrigir falhas ou irregularidades;
- IV - Dar parecer sobre o balanço e prestações de contas da SASPEG;
- V- Dar parecer sobre o plano de trabalho da Diretoria.

Art. 12º - A diretoria é composta de 6 membros, sendo 1 presidente, 1 vice-presidente, 2 secretários e 2 tesoureiros, eleitos em assembléia Geral, dentre os membros da SASPEG, com mandato de 2(dois) anos permitida a reeleição por um período.



Art. 13º - Compete à Diretoria:

- I - Reunir-se uma vez por mês ou sempre que convocada pelo presidente ou 3 (três) de seus membros;
- II - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- III- Constituir Comissões;
- IV - Aprovar a inscrição de novos membros;
- V - Convocar a Assembléia Geral;
- VI - Apresentar prestações de contas e balanços anuais para apreciação do Conselho Fiscal e à Assembléia Geral, depois de aprovados;
- VII- Apresentar planos de trabalho à apreciação do Conselho Fiscal e à Assembléia Geral até 30 (trinta) dias após a posse;
- VIII-Realizar todas as ações necessárias ao cumprimento das finalidades da SASPEG.

Art. 14º - A Assembléia Geral será convocada:

- a) Pelo Presidente
- b) por 2/3(dois terços) dos membros da Diretoria
- c) Pelo Presidente do Conselho Fiscal
- d) Por 1/3(um terço) da Assembléia Geral e se constituirá com a presença mínima de metade mais 1 de seus membros, na primeira convocação e com qualquer número na segunda convocação.

Art. 15º - Compete à Assembléia Geral:

- I- Eleger o Conselho Fiscal e a Diretoria;
- II-Decidir sobre assuntos que lhe sejam levados pela Diretoria, especialmente o Plano de Trabalho;
- III- Destituir Conselheiros e membros da Diretoria.

Art. 16º - Nenhum cargo de Diretoria ou Conselho Fiscal poderá ser remunerado pela SASPEG, sendo o seu exercício considerado de alta relevância pela comunidade.

SEÇÃO I

Competência dos membros da Diretoria:

Art. 17º - Compete ao Presidente:

- I- Representar o Conselho em Juízo, e fora dele;
- II- Presidir as reuniões e convocá-las quando necessário;
- III- Autorizar despesas e pagamentos;
- IV - Informar a comunidade sobre os trabalhos da SASPEG e colher opiniões sobre assuntos que interessam à coletividade;
- V - Assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques ou documentos que envolvam responsabilidade financeira da SASPEG.

Art. 18º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II- Manter-se informado de todas as atividades da SASPEG;
- III- Colaborar com o Presidente.

Art. 19º - Compete ao Secretário:

- I - Lavrar e assinar atas;
- II- Redigir correspondências e outros documentos da SASPEG;
- III- Manter registro dos membros da SASPEG.

Art. 20º - Compete ao Tesoureiro:

- I- Pagar as despesas autorizadas;
- II- Juntamente com o presidente, assinar cheques ou documentos que envolvam responsabilidade financeira para a SASPEG;
- III- Autorizar pequenas despesas;
- IV- Conservar em dia as escritas contábeis da SASPEG e zelar pelos livros e documentos de Contabilidade;
- V - Preparar prestações de contas e balanço anual;

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL:

CAIXA DE REGISTROS DO
TITULO DOS DOCUMENTOS E
CIVIL DAS JURIDICAS,
GABINETE DE MINAS GERAIS

Art. 21 - O Conselho Fiscal é composto de 03(três) membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º - Serão eleitos também 03(três) suplentes para o Conselho Fiscal.

§ 2º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente.

Art. 22º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros e, extraordinariamente, por convocação da Diretoria ou por solicitação da maioria simples de seus membros.

Art. 23º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de Receita, quer de Despesas;

II - Verificar se os livros contábeis e fiscais, exigidos pela Legislação específica, estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III- Fazer relatórios circunstanciados de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-os ao Presidente da Diretoria Executiva;

IV - Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria, para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados.

CAPÍTULO V:

DOS SÓCIOS

Art. 24º - Serão sócios da Associação todos os moradores da Comunidade.

de e aqueles simpatizantes, divididos nas seguintes categorias:

I - Sócios Fundadores: Serão todos aqueles que assinaram a lista de convocação e a ata de fundação da Associação;

II - Sócios Militantes: Serão todos aqueles associados que engajarem no quadro de associados após a fundação desta;

III- Sócios Beneméritos: Serão todos aqueles que por merecimento e por serviços prestados forem escolhidos por Assembléia e/ou pela Diretoria com aprovação do Conselho Fiscal, sendo que não terão direito a cargos, voz e voto.

CAPÍTULO VI:

DAS ELEIÇÕES:

Art. 25- A eleição para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

Art. 26º - Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos sócios presentes: às eleições.

Art. 27º - Em caso de demissão coletiva, as eleições realizar-se-ão pela Assembléia Geral Extraordinária, na mesma forma aqui estabelecida.

Art. 28º - O morador que não estiver cadastrado na Associação, não terá direito a voto e nem ser votado.

DA RECEITA E PATRIMÔNIO:

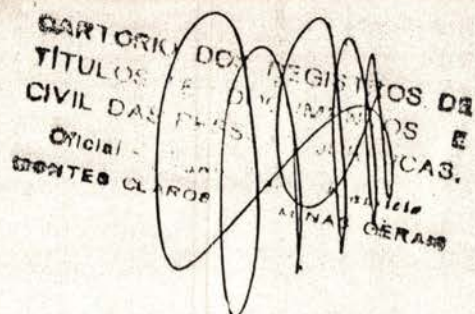
Art. 29º - A receita da Sociedade será constituída de:

I - Contribuições dos Associados;

II- Donativos e doações;

III- Arrecadação dos serviços que administrar por concessão da Prefeitura Municipal;

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS,
Oficial -
MONTA CLAYTON
MINAS GERAIS



IV - outras rendas eventuais.

Art. 30º - O Patrimônio da Associação será constituído de:

I- Bens móveis e imóveis que vier a possuir, devidamente registrados em balanços e livros próprios;

II - Saldos em depósitos bancários;

III- Títulos e valores incorporados ao seu patrimônio.

§ 1º - Em caso de dissolução ou extinção da Sociedade, seu patrimônio será destinado, integralmente, à Prefeitura Municipal.

§ 2º - Para a validade da transferência deste Patrimônio, será obrigatório o seu processamento por meio de ato legal e regular.

§ 3º - A extinção da Associação se dará por decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

§ 4º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

Art. 31º - A partir de sua eleição, a 1ª diretoria terá prazo de 30 (trinta) dias para apresentar ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral o seu Plano de Trabalho.

Art. 32º - De conformidade com o presente Estatuto, aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 15/08/ 1.982, na localidade de São Pedro da Garça, foram eleitos a primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal que ficaram assim constituídos:

I - DIRETORIA

Presidente: João dos Reis da Silva Rocha

Vice-Presidente: Norival Oliveira Santos

1º Secretário: Vicente Lopes

IIº- Secretário: Luiz da Silva Gusmão

1º Tesoureiro: Floriano Francisco Narciso

IIº Tesoureiro: Levi da Silva Gusmão

ANTONIO
TITULO
QUE DAS
DIRETORIA
REPRESENTA
CLASSE
NÃO GERAR

II- CONSELHO FISCAL

Joaquim Ferreira de França

José Lopes da Silveira

Antonio Augusto Soares

São membros fundadores da SASPEG, porque assinaram a lista de adesão preparada no mês anterior à reunião, as seguintes pessoas:

Geraldo Santos Lima

José Reinaldo Martins Santos

Aremita Dias Lopes

Maria Dilma Lopes

Wilson Carlos Lopes Gusmão

Alaides Soares Maia

Guiomar de Jesus Maia

Maria das Mercês Rocha

Sônia Maria Soares Maia

Vainer Mendes do Nascimento

Maria Luiza Santos Ruas

Maria das Dores Mendes Gonçalves

Maria Elza Pereira de Aguiar

Ione do Amparo Santos

Anunciadora Gonçalves da Silva

Manoel Lopes da Silveira

Pecílio Moraira Cesar

José Paulino de Macedo

Agemiro Pinheiro

Antonio Divino Rocha
Cassimiro Soares de Aguiar
Valdir Pereira Siqueira
Paulo Sérgio Gonçalves
Editeh Rodrigues Soares
José Ribeiro dos Santos
Guilhermino Soares da Silva
Adilson José Ataíde Silva
Damião Ferreira
Judith Pires Ferreira
Maria Pereira de Siqueira
Maria Elza Santos Souza
Noemi Rocha da Silva
Maria Iêda Ataíde Silva
Maria Ilda Athayde Silva
Maria José Gonçalves
Eva Pereira Narciso
Marciana Ribeiro da Silva
Maria Pinheiro Lima
Ligia Maria Lopes
Ana Lucia Santos
Pedro Alfo Mendes
José Maria Ribeiro
Maria do Rosário Pereira
Ana Maria Souza
Ilva Gonçalves Santos
Maria Luíza Souza Ribeiro
Vitalina Ribeiro
Nely Pereira Santos
Edith Pinheiro Lima
Cleonice Soares dos Santos
Evacy Aparecida Ruas
Maria José Pinheiro Lima
Joana Pereira da Silva
José Ulisses Santos Lima
Dilma Fátima Soares
Antonio Augusto Soares
José Santos Lima
Nilton Lopes da Silveira

RECEBUEMOS
TÍTULOS
CIVIL
CLAROS
1980

EXTRATO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE DE AMIGOS DE SÃO PEDRO
DA GARÇA - SASPEG - ALTERAÇÃO

A Sociedade de Amigos de São Pedro da Garça-SASPEG- é Sociedade Civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, com séde na localidade de São Pedro da Garça e foro na cidade de Montes Claros, que tem por finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da comunidade, pela melhoria das condições de vida e bem estar na região, responsabilizar-se pelos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários drenagem pluvial, limpeza urbana e controle de vetores, operando-os e mantendo-os, após concessão da Prefeitura Municipal.

A área de atuação da SASPEG é compreendida pelos seguintes limites: Ao Norte, Lagoa do Peixe, Ribeirão do Ouro, Bom Jardim e Aparecida do Mundo Novo; seguindo pelo limite do Município de Mirabela até o Córrego do Chapéu, daí, abaixo até a Fazenda de José Avelino; daí, até a Fazenda de Claudiano; daí, descendo até o Poço do Ó; deste até o Rio Verde Grande, subindo até a Lagoa do Peixe, ponto inicial.

O prazo de duração da SASPEG é indeterminado. Em caso de extinção, que só poderá ocorrer por maioria absoluta dos membros, seu patrimônio se reveterá integralmente à Prefeitura de Montes Claros.

A SASPEG se constitui por uma Diretoria composta por 6 (seis) membros com mandato de 2(dois) anos; um conselho fiscal composto por 3(três) membros, com mandato de 2(dois) anos, a Assembléia Geral, que se constituirá com a presença mínima de metade mais 1(um) de seus membros.

Nenhum cargo será remunerado na SASPEG. Seu patrimônio não poderá ser aplicado em fins diferentes dos previstos nas suas finalidades. O estatuto só poderá ser alterado por maioria absoluta dos membros da diretoria e do conselho fiscal desde que não contrariem as finalidades da SASPEG.